

**ARTIGO** <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v15i35.5684>**EM BUSCA DO CONSENSO: “NOVO ENSINO MÉDIO”, INTELLECTUAIS  
ORGÂNICOS E HEGEMONIA**IN PURSUIT OF CONSENSUS: “THE NEW HIGH SCHOOL”, ORGANIC  
INTELLECTUALS AND HEGEMONYEN BUSCA DEL CONSENSO: “NUEVA ENSEÑANZA SECUNDARIA”,  
INTELLECTUALES ORGÁNICOS Y HEGEMONÍA*Vinícius de Oliveira Bezerra*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Brasil

*Silvia Helena Andrade de Brito*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Brasil

**Resumo:** Neste trabalho, analisamos, apoiado no conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, as estratégias utilizadas por frações da classe dominante para obter o consentimento social sobre a reforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017), no momento anterior à publicação da Medida Provisória nº 746/2016 e no contexto do movimento de ocupações escolares. Para tanto, foi realizada pesquisa em periódicos eletrônicos tendo por propósito mapear o processo de construção da reforma, bem como levantamento das campanhas publicitárias transmitidas em rede nacional pelas principais emissoras de televisão. Foi possível mostrar que o processo de imposição da reforma passou por momentos tanto de coerção, quanto de consenso: o fomento da ideia de crise educacional, de maneira organizada pela mídia hegemônica, foi ao encontro da reforma, contribuindo para criar consenso ativo e/ou passivo das massas às mudanças impostas; enquanto a repressão estatal foi dirigida aos grupos que não consentiram, particularmente ao movimento secundarista estudantil.

**Palavras chave:** Lei nº 13.415. Movimento estudantil. Reforma do ensino médio.

**Abstract:** On this paper, based on Antonio Gramsci's concept of hegemony, we analyzed the strategies used by the fraction of the dominant classes to obtain social consent on high school reform (Law nº 13.415/2017), prior to the publication of Provisional Measure nº 746/2016 and in the context of the movement of school occupations. To address that, a survey was conducted on online journals with the aim of mapping the process of construction of the reform, and also gathering information on the advertising campaign aired on the main national TV stations. It was possible to show that the process of imposition of the reform went through processes of both coercion and consensus. The promotion of the idea of educational crisis organized by the hegemonic media sustained the reform, contributing to create active and passive consensus of the masses to the imposed changes, whilst the State repression was on groups that did not support the changes, particularly on movements of high school students.

**Keywords:** Law nº 13.415. Secondary education reform. Students movement.

**Resumen:** En este trabajo, analizamos, apoyado en el concepto de hegemonía de Antonio Gramsci, las estrategias utilizadas por fracciones de clase dominante para obtener el consentimiento social sobre la reforma de la enseñanza secundaria (Ley nº 13.415/2017), antes de la publicación de la Medida Provisional nº 746/2016 y en el contexto del movimiento de ocupaciones escolares. Para ello, fue realizada una investigación en periódicos electrónicos teniendo por objetivo mapear el proceso de construcción de la reforma, bien como la recogida de las campañas publicitarias transmitidas en red nacional por las principales emisoras de televisión. Fue posible mostrar que el proceso de imposición de la reforma pasó por momentos tanto de coerción, cuanto de consenso: el fomento de la idea de crisis educacional, de manera organizada por la media hegemónica, fue al encuentro de la reforma, contribuyendo para crear consenso activo y/o pasivo de las masas a los cambios impuestos; mientras la represión estatal fue dirigida a los grupos que no consintieron, particularmente al movimiento estudiantil de secundaria..

**Palabras clave:** Ley nº 13.415. Movimiento estudiantil. Reforma de la enseñanza secundaria

## Introdução

*Essa cortina que nos oculta isto e aquilo,  
é preciso arrancá-la!  
Bertold Brecht (2005, p.112)*

A Lei nº 13.415, publicada em 16 de fevereiro de 2017, estabeleceu a mais nova organização do ensino médio nacional, denominada por seus propositores como “Novo ensino médio”. O processo de reforma dessa etapa de ensino iniciou-se com a Medida Provisória<sup>1</sup> (MP) nº 746, de 22 de setembro de 2016 que, após rápida tramitação no Congresso Nacional, se converteu na Lei supracitada.

Contudo, no entremeio da tramitação no Legislativo, ocorreram diversas críticas à reforma, tanto em relação ao conteúdo quanto à falta de diálogo durante o processo. Importantes instituições acadêmicas e profissionais manifestaram publicamente a sua contrariedade<sup>2</sup>. Os estudantes, em protesto, ocuparam mais de mil escolas em vários estados do país.

Nesse contexto de disputa, o Governo Federal empenhou-se em intensificar a propagação do discurso pró-reforma, via campanhas publicitárias e presença de intelectuais

<sup>1</sup> Conforme estabelece o artigo 62 da Constituição Federal, em casos de relevância e urgência, o Presidente pode adotar Medidas Provisórias, com força de lei a partir da data de sua publicação. Porém, devem ser aprovadas em até 120 dias pelo Congresso Nacional, caso contrário, perdem seus efeitos.

<sup>2</sup> Para a lista completa das instituições mencionadas, conferir: <<https://bit.ly/2LEjPg6>>. Acesso em: 03 out. 2016.

orgânicos em variados meios de comunicação, visando a convencer a sociedade dos benefícios do “Novo ensino médio” e da urgência da sua implementação.

Em vista disso, o objetivo deste trabalho é analisar, apoiado no conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, as estratégias utilizadas por frações da classe dominante<sup>3</sup> para obter o consentimento social sobre a reforma do ensino médio, no momento anterior à publicação da MP nº 746/2016 e no contexto do movimento de ocupações escolares. Especificamente, as estratégias em questão referem-se à propagação do discurso oficial da reforma em veículos da grande imprensa e nas propagandas governamentais, bem como às formas de coerção estatal praticadas pela classe no poder.

Com o propósito de mapear o processo de construção da reforma, realizamos pesquisa em jornais *online*. Analisamos e sistematizamos 38 documentos, dentre notícias, artigos de opinião, reportagens, entrevistas e editoriais<sup>4</sup>. Também efetuamos levantamento das campanhas publicitárias transmitidas em rede nacional pelas principais emissoras de televisão, após o início do movimento de ocupações escolares.

Este artigo é composto por duas seções. Na primeira, analisamos as estratégias postas em prática para justificar a reforma do ensino médio, em sua articulação com a ação dos aparelhos privados de hegemonia (particularmente a grande imprensa) e de intelectuais orgânicos ligados ao Governo Federal e às organizações empresariais. Na segunda seção, investigamos as formas de convencimento e coerção utilizadas diante do movimento de ocupações iniciado por estudantes, com ênfase na campanha publicitária encomendada pelo Ministério da Educação (MEC).

### **Crise como fundamento da reforma**

Segundo a teoria política gramsciana, existe uma relação dialética entre direção e domínio, consenso e coerção, que caracteriza o conceito de hegemonia. Para o marxista sardo, com a finalidade de exercer direção política e intelectual, a classe fundamental dominante empenha-se, por um lado, em fomentar o consenso ‘espontâneo’ das grandes massas da

<sup>3</sup> Não consideramos a classe burguesa como um bloco uno e homogêneo, mas composta por frações com projetos diferentes de direção. Assim, neste trabalho analisamos, apenas, as estratégias postas em prática pela fração da classe dominante que possui interlocução com os veículos da grande mídia aqui investigados e com o Governo Federal, no contexto em questão.

<sup>4</sup> A seleção dos documentos foi feita após a pesquisa do termo “ensino médio” no campo de notícias do Google, com o recorte temporal entre 13 de maio (data da posse do novo ministro da Educação, pós-Golpe de 2016) e 15 de novembro de 2016 (quando terminou, na maior parte do país, o movimento de ocupações escolares). Privilegiamos periódicos com projeção nacional, principalmente a Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, a Revista Veja, O Globo, o G1 e o *site* oficial de notícias do Ministério da Educação (MEC).

população à orientação imposta; por outro, direciona a coerção estatal para os grupos que não consentem, nem ativa, nem passivamente<sup>5</sup> (GRAMSCI, 2001, p. 21) (MELO, 2016).

Assim, é de suma importância que as ações do grupo dominante se apresentem como legítimas e justas. Ou melhor, é fundamental que as classes dominadas sejam convencidas de que a direção imposta pela classe dominante é necessária, benéfica e a única possível. As palavras de ordem devem ser inteligíveis e caracterizadas como de interesse coletivo, embora atendam a interesses específicos da classe no poder.

No sentido organizativo desse processo de hegemonia, situa-se a atuação dos intelectuais orgânicos<sup>6</sup>, que se vinculam às classes fundamentais que disputam a hegemonia em uma totalidade sócio-histórica (MARTINS, 2011). Para Gramsci (2001), cabe aos intelectuais orgânicos do grupo dominante exercer as funções subalternas da hegemonia social e do governo político, sendo os organizadores do processo de direção e coerção atuantes nos aparelhos privados de hegemonia e no Estado, como homens da política, da igreja, da imprensa, etc.

À luz das categorias gramscianas, em uma aproximação com nosso objeto de investigação, as estratégias utilizadas por frações da classe dominante, para fomentar o consenso espontâneo das massas à reforma, fundamentaram-se, primeiramente, na criação de um clima de *crise e caos* educacional no ensino médio, para, em seguida, promover a reforma como solução única, necessária e inadiável.

Desde o início da nova gestão do MEC, após o Golpe de 2016 (JINKINGS, DORIA, CLETO, 2016), a reformulação do ensino médio esteve na ordem do dia. Contudo, em um primeiro momento, as intenções voltavam-se para a aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 6.840/2013<sup>7</sup>, como revelou o ministro Mendonça Filho, em entrevista logo no início da sua gestão, em julho de 2016: “A meta é tornar o ensino médio mais flexível, como em outros

<sup>5</sup> Para Gramsci (2001), em momentos de crise de comando e direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo, a coerção também pode ser dirigida a toda a sociedade.

<sup>6</sup> Tratando dos intelectuais em geral, Gramsci assinala que “[...] por intelectuais, deve-se entender [...] todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo [...]” (GRAMSCI, 2002, p. 93). Simultaneamente, afirma que “[...] todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, *organicamente*, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (Id., 2001, p. 15, grifos nossos). Segundo o autor, esses últimos, relacionando-se organicamente às classes fundamentais, são responsáveis, entre outros eventos, pela criação e fortalecimento dos laços organizacionais e políticos entre as classes fundamentais e o tecido social.

<sup>7</sup> O Projeto de Lei nº 6.840/2013 foi elaborado pela Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do ensino médio (CEENSI), instalada em 2012 e presidida pelo Deputado Reginaldo Lopes (PT).

países. Ainda em discussão e sujeita à aprovação do Congresso [PL 6.840/2013], a ideia é exigir uma base única para todos os alunos até certo ponto [...]” (WEINBERG, 2016, p. 16).

Além disso, o adiamento da entrega da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) referente ao ensino médio, para depois da aprovação do PL no Congresso, reforçou o intento reformista. Como declarou a secretária-executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, a definição da reforma antes da BNCC seria fundamental para garantir a flexibilização pretendida (SALDAÑA, 2016). Nesse momento, segundo Saldaña (2016), Mendonça Filho articulava com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), a aceleração na aprovação do PL nº 6.840/2013.

Não obstante a inclinação inicial, logo após a divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em setembro de 2016, essa alternativa foi retirada de cena, sendo substituída pelo discurso da crise e necessidade urgente de mudanças, que não poderia esperar a morosidade da tramitação de um PL.

A crise educacional propagada foi caracterizada como sinônimo de ineficiência, comprovada pelo desempenho aquém do esperado nas avaliações de larga escala, principalmente pelo Ideb. Os principais veículos da grande imprensa publicaram diversas notícias enfatizando os resultados catastróficos do ensino médio: “Ideb: o Ensino Médio, que já era ruim, conseguiu piorar” (Revista Veja)<sup>8</sup>; “Ensino Médio no País avançou apenas 0,3 ponto em dez anos de Ideb” (O Globo)<sup>9</sup>; “Desempenho do Ensino Médio está estagnado há quatro anos” (O Estado de São Paulo)<sup>10</sup>; “Desempenho do Ensino Médio em matemática é o pior desde 2005” (Folha de São Paulo)<sup>11</sup>.

Além do título apelativo das notícias, o que por si só já explicitava posicionamento e intencionalidade política, no dia 10 de setembro de 2016, dois dias após a divulgação do Ideb, jornais de grande circulação publicaram editoriais defendendo reformas urgentes nessa etapa de ensino.

O Globo foi direto na sua avaliação, publicando editorial com o seguinte título: “Ideb sinaliza que reforma no ensino é inadiável”. O jornal declarou que o país estava “[...] diante de um desafio inadiável”, pois necessitava realizar mudanças estruturais no ensino, para romper o “[...] ciclo vicioso da leniência e das políticas equivocadas”, principalmente no ensino médio, que “[...] em dez anos de Ideb avançou apenas 0,3 ponto” (O GLOBO, 2016, p.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://goo.gl/psrEYS>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://goo.gl/vZK2J6>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://goo.gl/bDq9rz>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://goo.gl/HzHBaQ>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

1). Diante desse cenário de urgência, antevendo o movimento do MEC, o jornal considerou a possibilidade de a reforma ocorrer via Medida Provisória:

O governo, com razão, aposta as fichas na aprovação do projeto de lei 6.840, que tramita na Câmara [...], [Entretanto] como há previsíveis entraves na pauta, o Planalto poderá considerar, pela urgência da matéria, a possibilidade de fazer a reforma por MP. [...] É preciso recuperar o tempo perdido (O GLOBO, 2016, p. 1).

Nessa mesma linha, para O Estado de São Paulo, o ensino médio constituía “[...] o maior gargalo da educação brasileira”, destacando o desafio do novo Governo de “[...] reerguer o ensino médio e melhorar a qualidade do ensino básico” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2016, p. 1). Citando dois interlocutores de organizações empresariais, o editorial ainda acrescentou:

O trágico cenário retratado pelo Saeb no ensino médio, que constitui o maior gargalo da educação brasileira, fez soar mais um sinal de alerta entre os especialistas do setor. [...] “O retrocesso do ensino médio significa uma queda no preparo dos alunos para o século 21”, diz Priscila Cruz, do movimento Todos pela Educação. “O ensino médio chegou ao fundo do poço. Não dá mais para esperar mudanças”, afirma Mozart Ramos, ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-membro do Conselho Nacional de Educação. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2016, p. 1).

As declarações da já mencionada Maria Helena Guimarães de Castro, secretária-executiva do MEC, seguiram a mesma tônica, enfatizando a ineficiência e a distância do ensino médio dos interesses dos jovens, bem como a necessidade de uma ampla reformulação. Segundo ela, o modelo anterior representava “[...] um tédio generalizado entre os alunos”, que achavam o currículo “[...] chato, cansativo e desmotivador” (MORRONE, 2016, p. 3) e que o jovem atual, o “[...] jovem digital”, “[...] não tem paciência para uma aula expositiva de um conteúdo que muitas vezes não faz sentido para ele” (SZPACENKOPF, 2016, p. 3).

Nesse compasso, o ministro da Educação Mendonça Filho considerou os resultados do Ideb “[...] uma catástrofe para nossa juventude” e que “[...] a reforma do ensino médio é urgente”. Nas palavras do ministro: "Se porventura a apreciação do projeto não se dê ainda neste ano, vamos sugerir ao presidente Michel Temer que seja editada uma Medida Provisória. Não se pode ficar passivo aguardando o próximo ano" (MINISTRO..., 2016, p. 1).

Seguindo a lógica reformista, foi a *ineficiência*, caracterizando a *crise* no ensino médio, que ocasionou a urgência requerida para expedir uma Medida Provisória, um instrumento utilizado apenas em casos emergenciais. De acordo com a justificativa oficial da MP nº 746/2016:

Isso [resultados do Ideb] é reflexo de um modelo prejudicial que não favorece a aprendizagem e induz os estudantes a não desenvolverem suas habilidades e competências. [...] Resta claro, portanto, que o ensino médio brasileiro está em retrocesso, **o que justifica uma reforma e uma reorganização ainda este ano**, de tal forma que, em 2017, os sistemas estaduais de ensino consigam oferecer um currículo atrativo e convergente com as demandas para um desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2016, p. 9-10, grifo nosso).

Diante do cenário de caos educacional, da ineficiência, da falta de atratividade e do atraso, se propôs, como solução, a flexibilização curricular, que prometia aproximar a escola dos anseios dos jovens e do mercado de trabalho:

[...] a presente medida provisória propõe como principal determinação a flexibilização do ensino médio, por meio da oferta de diferentes itinerários formativos, inclusive a oportunidade de o jovem optar por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino regular. [...] Na perspectiva de ofertar um ensino médio atrativo para o jovem, além da liberdade de escolher seus itinerários, de acordo com seus projetos de vida, a medida torna obrigatória a oferta da língua inglesa, o ensino da língua portuguesa e da matemática nos três anos desta etapa. (BRASIL, 2016, p. 10).

Tal receituário, entretanto, não se originou inteiramente no interior do MEC. Bezerra e Araújo (2017, p. 612) evidenciam que a proposta de ensino médio da MP nº 746/2016 já estava sendo sinalizada, há alguns anos, por *think tanks* do empresariado nacional, sendo várias as convergências entre as suas recomendações e o conteúdo da reforma, no que tange à

[...] flexibilização curricular; instituição de percursos escolares e diminuição no número de disciplinas; formação técnica integrada ao ensino médio; discurso de valorização do *projeto de vida* dos alunos; expansão dos canais para parcerias com o setor privado; expansão da carga horária e das escolas de ensino integral; ênfase em Português e Matemática.

Tendo em vista essa articulação, representantes de organizações empresariais/filantrópicas como Priscila Cruz (Movimento Todos pela Educação), Viviane Senna (Instituto Ayrton Senna) e Ricardo Henrique (Instituto Unibanco) foram frequentemente consultados pela grande imprensa para avaliarem o “Novo ensino médio”, conforme o levantamento realizado neste estudo<sup>12</sup>. Vozes críticas acerca da reforma, como representantes de associações acadêmicas e profissionais, não figuraram na grande mídia. Alguns professores, fora de instâncias representativas do magistério, foram ouvidos<sup>13</sup>, porém

<sup>12</sup> O levantamento foi realizado tomando jornais da Rede Globo (Bom dia Brasil, Jornal Hoje e Jornal Nacional), por ser a emissora de maior audiência e alcance no país, com recorte temporal entre os dias 22 de setembro (data de publicação da MP nº 746/2016) e 23 de setembro de 2016.

<sup>13</sup> Embora sendo representante de uma organização eclética, também com vínculos empresariais, Anna Helena Altenfelder, superintendente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), teceu críticas, ainda que indiretas, à reforma. Em sua fala, destacou a falta de diálogo com professores,

com críticas pontuais às mudanças – particularmente em relação à retirada da obrigatoriedade de Artes e Educação Física (JORNAL NACIONAL, 2016b) – e em menor número e tempo de exposição, se comparado com os apologistas da reforma.

Sob o estatuto de especialistas em educação, prevaleceu, nas falas dos intelectuais orgânicos do empresariado nacional, a defesa da reforma. Em matéria do Jornal Nacional, da Rede Globo, Viviane Senna considerou a reforma um “bom primeiro passo”. Já Priscila Cruz reconheceu que a MP não era o melhor meio, mas enxergou as mudanças como positivas (JORNAL NACIONAL, 2016a). Mais enérgico, Ricardo Henriques destacou que:

[...] as mudanças estão na direção correta porque enfrentam gargalos do Ensino Médio, 13 disciplinas, com excesso de conteúdo, todas obrigatórias, para todos os estudantes, aqui, muito é pouco. A maioria dos estudantes não aprende nada. Ficam decorando e sem ver sentido naquilo que estão estudando (PROPOSTA..., 2016, p. 2).

O conjunto de reportagens veiculadas pela Rede Globo, imediatamente à imposição da MP, cumpriu a função de, por meio de um conteúdo pretensamente informativo e imparcial, dirimir reações negativas imediatas à reforma, “tranquilizando”, por assim dizer, os telespectadores com as opiniões de especialistas do mercado, ao mesmo tempo em que mostrou críticas pontuais, mas omitiu vozes que se opuseram de maneira contundente.

Ademais, compreendemos, a partir do levantamento e análise documental, que a reforma do ensino médio já estava na ordem do dia desde o início da gestão, porém a divulgação do Ideb veio a calhar: foi a justificativa necessária para acelerar o processo, legitimando a urgência na apresentação de uma Medida Provisória. No entremeio desse processo, veículos da grande imprensa difundiram uma imagem negativa do modelo anterior de ensino médio, apoiada nos índices do Ideb, contribuindo para criar um cenário de crise e caos educacional, que justificou oficialmente a reforma e fomentou uma opinião pública mais favorável às mudanças.

Gramsci (2007) avalia que o que se chama comumente de “opinião pública” está estreitamente ligada à hegemonia, tornando-se o ponto de contato entre o consenso e a força:

**O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada,** ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil [...] A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante:

---

estudantes e outros profissionais da educação, bem como o risco de aumento das desigualdades educacionais, via flexibilização curricular (JORNAL HOJE, 2016) (JORNAL NACIONAL, 2016b). Eli Guimarães, professor de ensino médio, também criticou a flexibilização, opinando que ela, por si só, não tornaria o ensino mais atrativo. Também apontou a falta de diálogo no processo (BOM DIA BRASIL, 2016).



por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública - jornais, partidos, Parlamento -, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI, 2007, p. 265, grifo nosso).

No sentido gramsciano, sob o ponto de vista do exercício da hegemonia, por um lado, o esforço para fomentar uma opinião pública favorável, por meio da imprensa, denota o esforço de uma parcela da classe dominante em fazer funcionarem os mecanismos de obtenção de consenso passivo e/ou ativo, criando junto à população adesão ou, ao menos, resignação ao “Novo ensino médio”. Por outro, impôs-se a reformulação via decreto presidencial, com força de lei a partir do momento de sua assinatura e sem diálogo com os principais afetados pelas mudanças, ou seja, os profissionais da educação, os estudantes e a sociedade em geral.

Desse modo, evidenciamos que os dois momentos (consenso e coerção) são dialéticos no exercício da hegemonia, fazendo-se presentes por meio da ação de intelectuais orgânicos no cenário anterior e posterior à publicação da MP nº 746/2016. Na acepção de Gorender (1988, p. 58, grifo nosso):

É indispensável a função de dominação, a função de coerção, mas a função de direção pode precedê-la. Gramsci dizia que uma classe pode ser dirigente, antes de ser dominante. Nesse terreno, é que também o pensamento de Gramsci se voltou para o papel dos intelectuais [...] **Porque são os intelectuais, exatamente, os funcionários do consenso.** São eles que trabalham como ideólogos para a obtenção do consenso como homens da Igreja, como dirigentes de sindicatos, de partidos políticos, como jornalistas, produtores da alta cultura, produtores de arte, seja a grande arte ou a arte popular etc.).

Em síntese, concluímos que frações da classe dominante, mediante atuação de seus intelectuais orgânicos, se empenharam em construir uma opinião pública favorável ao “Novo ensino médio”. Para tanto, fomentaram a ideia de *crise* educacional por meio da imprensa e, em seguida, apresentaram a reforma como solução necessária e inadiável do *caos* no ensino médio.

Entretanto, como lembram Neves e Sant’Anna (2005, p. 24), o processo de conquista da hegemonia é sempre complexo e provisório. Demanda, portanto, êxito constante na tarefa de alcançar o consentimento e a adesão em torno de ideias e práticas em disputa. Desse modo, logo após a publicação da MP nº 746/2016, seguiu-se um intenso processo de críticas e resistências à reforma imposta, resultando em ocupações de escolas por estudantes de várias partes do país. Em meados de outubro, segundo levantamento da União Brasileira dos

Estudantes Secundaristas (UBES)<sup>14</sup>, mais de mil unidades de ensino estavam ocupadas no país, principalmente no estado do Paraná<sup>15</sup>.

A favor ou contra, o caso ganhou grande repercussão, principalmente nas redes sociais, o que impeliu o Governo a utilizar amplamente estratégias para a persuasão e o convencimento social acerca da reforma, principalmente por meio de propagandas direcionadas especificamente aos estudantes.

### **Resistências e ocupações: novas estratégias para a construção de consensos**

O movimento de ocupações estudantis iniciou-se no mês de outubro, semanas depois da publicação da MP nº 746/2016. Além de se opor à reforma do ensino médio, a maioria dos manifestantes também se colocou contra a proposta de teto nos gastos públicos (PEC nº 241/2016), prevista para ser votada nos próximos meses<sup>16</sup>.

Conforme observam Flach e Schlesener (2017, p. 177-178), ocupar as escolas foi o meio encontrado pela juventude para se contrapor aos atos governamentais que os afetariam diretamente, uma vez que não houve o estabelecimento de nenhum canal para a discussão de suas demandas:

A busca dos jovens pela participação política encontra formas para ser vista e ouvida. A forma possível no momento histórico foi materializada nas ocupações escolares, as quais também não foram arbitrárias, pois, em sua maioria, seguiram orientações gerais do Movimento Estudantil, tais como: realização de assembleia para tomada de decisões, organização da ocupação e de atividades durante a permanência dos estudantes nas escolas (alimentação, limpeza, comunicação, segurança, práticas educativas e culturais, etc.).

O epicentro do movimento nacional foi o estado do Paraná, no qual ocorreu a ocupação de cerca de 850 escolas, segundo dados do movimento “Ocupa, Paraná”. Na página oficial do movimento estudantil, indicam-se as principais razões para as ocupações se concentrarem nesse estado:

<sup>14</sup> Conferir: <<https://bit.ly/2dusrSf>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

<sup>15</sup> Em 2015, também ocorreram movimentos de ocupações contra o fechamento de escolas no estado de São Paulo, resultando na ocupação de cerca de 190 unidades escolares. Em meados de 2016, o mesmo ocorreu no estado do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, em protesto contra políticas educacionais locais. Conferir: <<https://goo.gl/dh9A8q>>; <<https://goo.gl/LQxZ3n>>; <<https://goo.gl/EwjU6M>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

<sup>16</sup> Sob a justificativa de alcance do equilíbrio fiscal do Estado e retomada do crescimento econômico, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016 (Câmara dos Deputados) ou PEC nº 55/2016 (Senado) estabeleceu um limite para as despesas da União por 20 anos, com cifras corrigidas pela inflação. Foi aprovada em 14 de dezembro de 2016 pelo Senado, transformando-se na atual Emenda Constitucional (EC) nº 95.

[...] A PEC 241 e a MP 746 do governo federal só vieram a somar as centenas de dificuldades impostas na educação do Paraná. Aqui no Estado existem diversas escolas sem qualquer condição de ensino, as bibliotecas só têm livros de 10 anos atrás, salas de aula chegam a ter 50 estudantes em um espaço apertado. [...] Paralelo a tudo isso, temos professores que dão aula sem condições alguma de trabalho, sem receber salário, sem hora atividade. A lei do Grêmios Livres aqui é como se não existisse, o grêmios só é livre se concordar com tudo que os diretores querem e as eleições em muitas escolas acontecem sem que nem se possa passar em salas divulgando, porque "a escola não tem tempo pra isso". No Paraná as propostas nacionais só vieram para engrossar um caldo que há muito tempo já nos deixavam insatisfeitos<sup>17</sup>.

Diante do avanço das ocupações, que se alastraram para outros estados, o Governo Federal encomendou uma campanha publicitária largamente veiculada em rádio, televisão, internet, jornais e revistas<sup>18</sup>. Em resposta enviada ao UOL Educação, o MEC negou a relação das propagandas com o movimento de ocupações:

[...] As campanhas institucionais do MEC obedecem a necessidade de informar à população sobre as ações do Ministério e prestação de serviço. Estamos com a maior reforma na Educação do Brasil dos últimos anos [...] não há relação entre a campanha e as ocupações. (PRAZERES, 2016, p. 3).

As propagandas, amplamente reproduzidas pelas mídias (TV, rádio e internet), foram de curta duração, variando entre 30 e 60 segundos, e se dirigiam especialmente aos jovens estudantes. Seu conteúdo reforçava as estratégias analisadas na seção anterior deste estudo, porém, nas propagandas, o discurso foi anunciado pela boca de atores representando professores e estudantes.

A primeira propaganda lançada ambientava-se em uma sala de aula<sup>19</sup>. De início, uma professora se dirigia aos alunos e, referindo-se ao Ideb, perguntava: “Vocês sabiam que a última avaliação da educação mostrou que o Brasil precisa melhorar muito o ensino médio?”. Em seguida, ressaltou o baixo desempenho dos estudantes, que “está menor que há 20 anos”. Diante disso, a professora proclamou a necessidade de mudanças urgentes: “Melhorar a educação dos jovens é uma das tarefas mais importantes e **urgentes** do Brasil. **É pra**

<sup>17</sup> Esse trecho, retirado do *site* oficial do “Ocupa, Paraná” [<http://ocupaparana.org/>], em 16 de fevereiro de 2017, não se encontra mais disponível atualmente. Porém, decidimos mantê-lo como forma de registro desse momento histórico. Um excerto dessa publicação também pode ser encontrado em: <<https://goo.gl/HYSReY>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

<sup>18</sup> Segundo matéria publicada no UOL Educação, as propagandas tiveram um custo de R\$ 1,8 milhão. (PRAZERES, 2016).

<sup>19</sup> No momento do fechamento deste artigo, a propaganda não se encontrava mais disponível no YouTube. Anteriormente, havia sido acessada em 17 de fevereiro de 2017, por meio do seguinte link: <<https://bit.ly/2NJc2ep>>. Além disso, o *site* oficial do MEC também chegou a divulgá-la em: <<https://bit.ly/2LM3m6p>>. Acesso em: 24 jul. 2018. Entretanto, também optamos por manter esta análise como forma de registro desse momento histórico. Para outra crítica dessa mesma propaganda, conferir: <<https://bit.ly/2LKUkqo>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

ontem!”. O olhar dos estudantes, até então preocupados e apreensivos, logo se mostrou esperançoso e confiante, quando a professora apresentou o “Novo ensino médio”, que tinha por objetivo dar mais liberdade para os alunos escolherem as áreas de conhecimento, acentuando: “De acordo com sua vocação e projeto de vida”. Ou optar pelo ensino técnico: “Caso queira concluir o ensino e já começar a trabalhar”. Por fim, a professora convidou os alunos a participarem das discussões por meio do endereço eletrônico que aparecia ao fundo<sup>20</sup> e concluiu, no compasso do individualismo liberal, com a seguinte frase de efeito: “Agora é você que decide seu futuro!”.

Se nessa propaganda somente a professora, com voz de autoridade, proclamou as mudanças, no anúncio seguinte os jovens começaram a assumir seu “protagonismo”, sendo os porta-vozes da retórica reformista.

A propaganda seguinte foi mais curta, com apenas 30 segundos, e se ambientava em uma grande sala escura, lembrando um auditório ou teatro<sup>21</sup>. De início, os alunos estavam calados e apáticos, mas uma voz anunciou: “Novo ensino médio. Quem conhece aprova”. Logo, uma luz se acendeu sobre vários alunos que, determinados e entusiasmados, se levantaram das sombras e “aprovaram” o Novo ensino médio: “Eu escolho o que vou estudar? Então é claro que eu aprovo”; “Minha vocação, sim, eu aprovo”; “Eu quero”; “Eu aprovo”. No final da propaganda, outro estudante afirmou: “Quem conhece o novo ensino médio aprova!”. Enquanto isso, no vídeo era mostrada uma pesquisa de opinião que indicava que 72% dos brasileiros aprovavam o novo modelo<sup>22</sup>. Em seguida, jovens sorridentes, de diferentes aparências e identidades (negros, brancos, asiáticos), rapidamente apareceram e a propaganda se encerrou.

As propagandas endossaram a estratégia evidenciada neste estudo: partiu-se do princípio de uma crise, corroborada pelas avaliações de larga escala, e pregou-se a urgência para mudar tal quadro, que indiretamente legitimou a verticalidade na imposição de uma MP, camuflada pela chamada para os estudantes participarem das discussões *online*, que, de fato, não eram reais. A urgência ressaltada pela professora diante dos resultados das avaliações

<sup>20</sup> As “discussões”, por meio do *site* oficial do MEC, referiam-se apenas a uma página com perguntas e respostas, e outra contendo opiniões (todas favoráveis) sobre a reforma. É possível acessar esse conteúdo por meio da ferramenta *Wayback Machine*. Conferir: <<https://goo.gl/WdGTbM>> <<https://goo.gl/Dp64cc>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kdERkLO3eTs>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

<sup>22</sup> A pesquisa de opinião consistiu na realização da seguinte pergunta: “O senhor é a favor ou contra a reformulação do ensino médio que, em linhas gerais, propõe ampliação do número de escolas de ensino médio em tempo integral, permite que o aluno escolha entre o ensino regular e o profissionalizante, define as matérias que são obrigatórias, entre outras ações?”. A pergunta induz a uma resposta única, sem ressaltar as diversas críticas recebidas pela proposta, mas cumpre a função de conferir certa legitimidade “científica” à afirmação de aprovação social da reforma. Conferir: <<https://goo.gl/WQKdsr>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

externas – legitimando a utilização da MP –, a aposta no “protagonismo” dos jovens nas propagandas, os slogans “Agora é você que decide seu futuro” e “Quem conhece aprova”, visavam, em suma, a conquista de corações e mentes para o projeto de educação/societário em questão. Por conseguinte, tal estratégia promoveu a desqualificação daqueles que possuíam opinião contrária, pois se “quem conhecia aprovava”, quem não aprovava desconhecia o “Novo ensino médio”: mensagem direta para os alunos ocupantes de diversas escolas pelo país.

Além da propaganda oficial, que podia ser vista com desconfiança por alguns, o Governo também se empenhou em utilizar formas de comunicação populares entre os estudantes, particularmente os *youtubers*<sup>23</sup> que, por meio de sua linguagem e identificação com os jovens, se tornaram importantes formadores de opinião.

Segundo reportagem publicada na Folha de São Paulo, o Governo teria repassado o valor de R\$ 65 mil para o canal “Você Sabia” publicar um vídeo tratando da reforma. O vídeo foi publicado no YouTube em 31 de outubro de 2016, sob o título “Tudo que você precisa saber sobre o novo ensino médio!!” Além desse, outros cinco canais do YouTube direcionados para o público jovem (Rafael Moreira, Malena, Pyong Lee, T3ddy e Rato Borrachudo<sup>24</sup>) foram contratados para produzir conteúdo acerca da reforma, totalizando um gasto de R\$ 295 mil com os “influenciadores digitais”, conforme denominação do próprio MEC<sup>25</sup> (MEC..., 2017) (YOUTUBER..., 2017). Como relatam Portinari e Saldaña (2017, p. 2, grifo nosso):

Segundo o MEC, canais de influenciadores digitais complementam a estratégia de comunicação institucional. A pasta informou que o pagamento foi realizado dentro da legalidade, por meio da agência já escolhida por licitação para atender o MEC. **“As mídias digitais são uma realidade e a campanha institucional do MEC nestes canais é adequada, legal, barata e eficiente para atingir o público-alvo do Ensino Médio”**, diz nota da pasta. Para rebater críticas à reforma do ensino médio, o MEC reforçou o gasto com publicidade. De outubro a janeiro, gastou R\$ 13 milhões, valor 51% superior ao gasto no período anterior.

<sup>23</sup> Formadores de opinião e populares entre os jovens, os *youtubers* produzem conteúdos de diversas naturezas (principalmente temas ligados a comportamento), amplamente compartilhados nas redes sociais (YouTube, Facebook, Instagram, Snapchat, Twitter), geralmente em vídeos curtos e em linguagem próxima e acessível para esse público.

<sup>24</sup> Dos *youtubers* contratados, apenas Rafael Moreira e Rato Borrachudo ainda mantêm os vídeos em seus canais no YouTube. Os demais não estão mais acessíveis. Disponível em: <<https://bit.ly/2Kfy22v>> <<https://bit.ly/2tikut8>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

<sup>25</sup> Ressaltamos que é relativamente comum que *youtubers* sejam contratados para divulgar conteúdo patrocinado, como no caso em questão.

Com a contratação de *youtubers*, fica perceptível uma estratégia de hegemonia mais refinada, fazendo uso de formas de comunicações mais sensíveis aos jovens, diferentemente de propagandas institucionais, que podem ser vistas com desconfiança pelo público em geral. Destacamos que isso ocorreu em um cenário no qual o movimento secundarista de ocupações estava em plena expansão.

Concomitantemente à onda de ocupações, também ocorreram manifestações em outra direção. Formou-se, assim, o movimento “Desocupa, Paraná”, composto por pais, professores e alunos contrários às ocupações<sup>26</sup>. Flach e Schlesener (2017, p. 179), analisando as ocupações nesse estado, observaram que esse processo reavivou a divisão político-ideológica emergida no processo de *impeachment*, pois grupos que surgiram no contexto do afastamento de Dilma Rousseff (PT) – como o Movimento Brasil Livre (MBL) – buscaram mobilizar pessoas contrárias às ocupações, enquanto os estudantes se colocavam contra medidas impostas pelo novo governo pós-Golpe.

De qualquer forma, conforme nos convida a pensar Gramsci, o que estava em jogo era uma disputa pela direção político-intelectual do processo entre estudantes e demais apoiadores<sup>27</sup>, que buscavam, por meio das ocupações, alertar e convencer a sociedade acerca das consequências das medidas do Governo Federal (PEC nº 241/2016 e MP nº 746/2016); e um grupo heterogêneo<sup>28</sup>, que possuía posicionamentos variados quanto às políticas do Governo, mas estavam unidos pelo objetivo de desocupar as escolas e retomar as aulas.

Tal disputa, no entanto, não se deu entre iguais e na balança entre consenso e coerção, prevaleceu a coerção estatal para aqueles que não consentiram. Ações de Reintegração de Posse foram expedidas e o aparato policial foi prontamente acionado<sup>29</sup>, sendo as escolas paulatinamente desocupadas. Além disso, a despeito dos protestos, a PEC nº 241/2016, assim como a MP nº 746/2016, foram aprovadas com ampla maioria no Congresso Nacional.

Entretanto, em que pesem as diversas contradições possíveis de serem apontadas nas ocupações, a mobilização dos estudantes secundaristas demonstrou, sobretudo, uma tomada de consciência que se sobrepôs a interesses individuais imediatos, buscando interferir em

<sup>26</sup> Conferir: <<https://bit.ly/2LEIOF>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

<sup>27</sup> Pais, professores, membros do Conselho Tutelar, militantes de movimentos sociais de oposição ao Governo Federal e sindicatos se juntaram à mobilização dos estudantes, auxiliando na manutenção das ocupações. Conferir: <<https://goo.gl/639igh>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

<sup>28</sup> Pais, professores, alunos, políticos, juízes, militantes de movimentos sociais pró-Governo Federal, jornalistas, etc., se uniram para desqualificar o movimento estudantil e retomarem as aulas. Conferir: <<https://goo.gl/RM55hn>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

<sup>29</sup> Em alguns casos, estudantes foram detidos. Também houve denúncias de agressões promovidas pelas forças policiais, bem como cortes de água e luz. Conferir: <<https://goo.gl/oxquHk>> <<https://goo.gl/9tWcKr>> <<https://goo.gl/Am44KU>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

processos que afetavam a coletividade. Além disso, também se mostrou como consequência direta de políticas educacionais realizadas sem um diálogo efetivo com os estudantes e a sociedade em geral.

### **Considerações finais**

Por meio deste trabalho, evidenciamos que o fomento da ideia de crise educacional, de maneira organizada pela mídia hegemônica, foi ao encontro da reforma do ensino médio, contribuindo para criar consenso ativo e/ou passivo das massas às mudanças impostas. A repressão estatal foi dirigida aos grupos que não consentiram, particularmente ao movimento secundarista estudantil.

Aproximando o objeto de análise deste estudo com o conceito gramsciano de *hegemonia*, a imposição da reforma do ensino médio passou por momentos tanto de coerção quanto de consenso. Apesar de imposta via decreto presidencial – em detrimento do debate com estudantes, profissionais da educação, famílias, etc. –, o grupo dominante também tratou de elaborar estratégias que legitimassem tal ação, ao mesmo tempo em que reprimia e desqualificava seus adversários.

Considerando os limites deste trabalho, faltam elementos concretos para determinar em qual medida as estratégias adotadas por essa fração da classe dominante surtiram efeitos na totalidade social. Notícias e editoriais de jornais possuem, por vezes, um grupo restrito de expectadores e leitores, que podem ou não compactuar com o seu conteúdo. As propagandas institucionais, por sua vez, podem ser recebidas com certa desconfiança pelos telespectadores. Já a utilização dos *youtubers* mostrou o empenho em contornar tal desconfiança, mediante o uso de linguagem mais sensível e próxima dos jovens. Contudo, tendo em vista a aprovação da reforma e a inexistência de uma resistência mais organizada a longo prazo, podemos dizer que, no mínimo, o grupo dominante no poder teve êxito em alcançar consenso passivo.

Embora um diagnóstico preciso escape desta análise, é nítido o esforço que a classe dominante empreendeu, mostrando coesão de projeto. Conforme reflete Krawczyk (2014, p. 37), em que pese a heterogeneidade e interesses contraditórios da burguesia nacional, ao menos no campo da educação, existe um projeto de direção para o país. Tal projeto visa a privatizar, em suas diferentes dimensões (ADRIÃO, 2018, p. 11), a escola pública, colocando-a sob uma lógica gerencialista de mercado. O “Novo ensino médio” é uma face desse processo.

Além desse resultado, a análise efetivada em nosso estudo levou-nos à identificação de duas problemáticas que, embora limitadas pelas condições históricas em que nos inserimos, devem ser discutidas, criticadas e aprofundadas pelos educadores comprometidos com a classe trabalhadora.

A primeira delas refere-se ao posicionamento de uma parcela da classe dominante ante os assuntos educacionais. A imposição de uma reforma educacional no ensino médio – além de outros projetos, como a BNCC – revela que, apesar de não ser vital para o processo de reprodução do capital, a agenda educacional tem, atualmente, local importante para essa fração da classe dominante. Como discute Gonçalves (2017), existem diversos interesses mercadológicos que a reforma atende, referentes à oferta do ensino técnico, via parcerias público-privadas. Além disso, acrescentamos a demanda gerada às organizações empresárias para a produção de novos materiais didáticos e a capacitação das secretarias de educação (em articulação com a BNCC), bem como a permissão de utilização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)<sup>30</sup> e a recente aprovação de empréstimo no valor de US\$ 250 (duzentos e cinquenta) milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird)<sup>31</sup>, para garantir tais parcerias e aquisições.

A segunda problemática diz respeito à polarização político-ideológica que se acirrou antes, durante e depois do Golpe de 2016, que também se manifesta no campo da educação, com repercussões no processo de ocupações escolares e em relação a outras iniciativas que ganham espaço no debate educacional, como as discussões sobre gênero, laicidade e as propostas do Movimento Escola Sem Partido (ESP). De acordo com levantamento do movimento “Professores Contra o ‘Escola Sem Partido’”, existem, na esfera municipal, estadual e federal, mais de cem projetos apresentados sobre essas temáticas<sup>32</sup>.

Essas são as duas problemáticas com que, a nosso ver, os educadores comprometidos com uma educação a contrapelo dos ditames do mercado e do conservadorismo moral/religioso (que não nos parece estarem articulados, ao menos neste momento, pois não existe apoio do empresariado a projetos inspirados pelo ESP) se defrontam no atual contexto.

<sup>30</sup> A Lei nº 13.415/2017 acrescentou o ensino técnico e profissional ao Artigo 10 da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundeb. Com isso, permitiu-se a transferência de recursos do Fundeb para os sistemas de ensino ofertarem o itinerário formativo relativo ao ensino técnico, que pode ocorrer via parcerias com o setor privado.

<sup>31</sup> Conferir: <<https://bit.ly/2MgNjht>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

<sup>32</sup> Conferir: <<https://bit.ly/210Y37h>> <<https://goo.gl/cy8t58>>. Acesso em: 18 jun. 2018.



**REFERÊNCIAS**

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2KTCDrn>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

BEZERRA, Vinicius de Oliveira; ARAÚJO, Carla Maluf de. A reforma do ensino médio: privatização da política educacional. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 603-618, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/A5pqAN>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BOM DIA BRASIL. Reforma do ensino torna currículo escolar mais flexível. **Bom dia Brasil**, Rio de Janeiro, 23 set. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/4o6NbY>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 746**, de 22 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/hbmPYn>>. Acesso em: 02 out. 2016.

BRECHT, Bertold. **Estudos sobre teatro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

FLACH, Simone Fátima; SCHLESENER, Anita Helena. Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n.1, p. 165-186, jan./mar. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/bQtKo6>>. Acesso em: 10 set. 2017.

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131-145, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/Qiv9jy>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

GORENDER, Jacob. Coerção e consenso na política. **Estud. av.**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 52-66, dez. 1988. Disponível em: <<https://goo.gl/oQtYe3>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 5: o Risorgimento: notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). **Por que gritamos Golpe?:** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

JORNAL HOJE. Especialistas falam sobre proposta de mudanças no ensino médio. **Jornal Hoje**, Rio de Janeiro, 23 set. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/HZuXYz>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

JORNAL NACIONAL. Medida provisória propõe mudanças nas disciplinas do ensino médio. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 22 set. 2016a. Disponível em: <<https://goo.gl/q98p3X>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

JORNAL NACIONAL. Proposta de reforma do Ensino Médio gera críticas de educadores. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 23 set. 2016b. Disponível em: <<https://goo.gl/BWMqrP>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

KRAWCZYK, Nora. Ensino médio: empresários dão as cartas na escola pública. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 21-41, mar. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/dn5745>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 131-148, dez. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2NJciKs>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MEC paga R\$ 295 mil para vídeos de youtubers sobre a reforma do ensino médio. **G1**, Rio de Janeiro, 17 fev. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/WQBcTz>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

MELO, Demian Bezerra de. Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti e o consenso sob o fascismo. **Revista Outubro**, n. 26, p. 113-144, jul. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/fy82dY>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

MINISTRO apresenta Ideb e propõe urgência na votação do projeto de reforma do ensino médio. **Portal MEC**, Brasília, 08 set. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/ZgeZ8Y>>. Acesso em: 26 out. 2016.

MORRONE, Beatriz. Maria Helena Guimarães: "Há um tédio generalizado entre os alunos do ensino médio". **Época**, Rio de Janeiro, 10 ago. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/sKg96Q>>. Acesso em: 26 out. 2016.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT'ANNA, Ronaldo. Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 19-39.

O ESTADO DE SÃO PAULO. O Saeb e a crise do ensino médio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 set. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/vME1BB>>. Acesso em: 26 out. 2016.

O GLOBO. Ideb sinaliza que reforma no ensino é inadiável. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 set. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/Kd5BY7>>. Acesso em: 26 out. 2016.

PORTINARI, Natalia; SALDAÑA, Paulo. Governo paga youtubers para fazer elogios às mudanças do ensino médio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 fev. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/da51gc>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

PRAZERES, Leandro. Em meio a ocupações, MEC gasta R\$ 1,8 mi em campanha por MP do ensino médio. **UOL Educação**, Brasília, 24 nov. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/vxmAoo>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

PROPOSTA de reforma do Ensino Médio gera críticas de educadores. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 23 set. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/fZF9yM>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

SALDAÑA, Paulo. MEC divide Base Nacional e adia currículo do ensino médio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jul. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/p8ELRt>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

SZPACENKOPF, Marta. O jovem digital não tem paciência para aula expositiva, diz Maria Helena Guimarães. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 set. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/dTq2vX>>. Acesso em: 26 out. 2016.

WEINBERG, Monica. Entrevista – Mendonça Filho. **Veja**, ano 49, n. 39, p. 15-17, 27 jul. 2016.

YOUTUBER pago pelo MEC para defender reforma do ensino médio pede desculpa por posts racistas e preconceituosos. **G1**, Rio de Janeiro, 17 fev. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/f7jSci>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

### SOBRE OS AUTORES

#### **Vinícius de Oliveira Bezerra**

Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e licenciado em História pela mesma Universidade. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR/Campo Grande – MS). E-mail: [viniciusoliveira\\_08@hotmail.com](mailto:viniciusoliveira_08@hotmail.com)

 <http://orcid.org/0000-0002-4101-1430>

#### **Silvia Helena Andrade de Brito**

Doutora em Educação pela Universidade de Campinas (UNICAMP) e Pós-Doutora em História da Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), atuando no Curso de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR/Campo Grande – MS). E-mail: [silvia.brito@ufms.br](mailto:silvia.brito@ufms.br)

 <http://orcid.org/0000-0002-6186-3980>

Recebido em: 24 de abril de 2019  
Aprovado em: 07 de agosto de 2019  
Publicado em: 01 de outubro de 2019